

**Autoritarismo, cerceamento da liberdade e tortura
em *Os homens dos pés redondos*, de Antônio Torres**
**Authoritarianism, restriction of freedom and torture in Antônio Torres's
*Os homens dos pés redondos***

VANIA PINHEIRO CHAVES¹

Resumo: Este ensaio visa demonstrar que n' *Os homens dos pés redondos* Antônio Torres se valeu de procedimentos estéticos inovadores para construir um retrato acutilante e pioneiro da ditadura de António de Oliveira Salazar em Portugal. Criação ficcional vanguardista, o romance esboça, sob disfarce, uma denúncia da ditadura instalada no Brasil com o golpe militar de 1964. Renovando a literatura engajada nacional, descreve o autoritarismo, a censura e a violência do regime ditatorial instalado nos dois países.

Palavras-chave: Romance; autoritarismo; Antônio Torres; *Os homens dos pés redondos*.

Abstract: This article aims to demonstrate that in *Os homens dos pés redondos* Antônio Torres used innovative aesthetic strategies to build a biting and daring portrait of the dictatorship of António de Oliveira Salazar in Portugal. The novel represents an avant-garde fictional work which offers an implicit denunciation of the dictatorship installed in Brazil with the 1964 military coup. Renewing the tradition of national engaged literature, it describes the authoritarianism, censorship and violence of the dictatorial regimes in both countries.

Keywords: Novel; authoritarianism; Antônio Torres; *Os homens dos pés redondos*.

¹ CLEPUL, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8553-7170>.

Lançado por Antônio Torres em 1973, e com uma terceira edição (1999) ligeiramente alterada,² *Os homens dos pés redondos* ficcionaliza os últimos anos do governo ditatorial de António de Oliveira Salazar em Portugal (1932-1968), cujo período final o escritor baiano acompanhou de perto, pois residiu em Lisboa e no Porto entre 1965 e 1968.³ Não datados, mas podendo ser situados nessa altura, os acontecimentos narrados se passam num país a que o romancista dá o nome de Ibéria – designação que não oculta sua real identidade, pois tudo no texto aponta para Portugal: pequena extensão territorial, regime ditatorial, guerra pela preservação das colônias, cerceamento sobretudo da intelectualidade e do proletariado, censura, tortura, medo, economia rural quase escravocrata, desenvolvimento tardio do capitalismo urbano, exploração e miséria do povo, massificação produzida pela publicidade, grande empenho na atividade turística, forte presença do catolicismo e do clero, mentalidade provinciana e preconceituosa, novos costumes citadinos. Incapazes de mudar a nação, os habitantes da Ibéria são forçados a obedecer a El-Rey, «um homem que ninguém conhecia, mas que era temido até nos sonhos», e que na única vez que aparece em público visa mostrar que não era «um

simples presidente, como estava escrito na constituição do Estado Novo, que ele próprio fundara havia quarenta anos» (171).

Os homens dos pés redondos foge, contudo, aos moldes tradicionais da ficção realista, pois reúne, de forma caótica e muito fragmentada, vivências concretas e situações oníricas ou fantásticas em que atuam numerosas personagens pertencentes a agrupamentos de indivíduos que não se conectam com todos os outros. Os acontecimentos do presente são abruptamente interrompidos por recordações que intensificam a confusão instalada na existência das personagens e a feição absurda do universo representado.

Na impossibilidade de comentar ou sequer de apontar todas as manifestações do autoritarismo exercido pelo chefe do governo, bem como a totalidade das formas de opressão que atingem a maior parte das personagens do romance, limitar-me-ei a comentar o que acontece com três delas – Adelino Alves, Manuel de Jesus e Jorge Tunhas –, passando em seguida à análise dos procedimentos de que se serve o autor para figurar os agentes do poder tirânico vigente.

==

² Por este motivo, foi esta a edição utilizada para as transcrições do romance, que no corpo do artigo incluem apenas a indicação da(s) página(s) de que foi(ram) extraída(s).

³ Tendo trabalhado como redator de publicidade em empresas existentes nessas duas cidades, Torres assumiu reiteradamente que o romance reflete a sua experiência portuguesa (ver Ricciardi, 1988: 290). Embora os acontecimentos narrados não sejam datados, é possível situá-los no período em que o escritor baiano viveu em Portugal.

Adelino Alves, um dos protagonistas do relato, é provavelmente a personagem mais infelicitada pelos abusos da ditadura de El-Rey. Escritor renomado com obras traduzidas em várias línguas, foi preso e torturado no passado, por participar na diretoria da Sociedade Ibérica de Escritores. Ao sair da prisão, enfrentou a miséria: «Andava pelas tabelas como os mendigos e os cães, [se] defendendo na capaça de mártir» (115), porque o seu editor, coagido pelo regime, recusava-se a republicar os seus livros, com a desculpa de que autor nacional não vende, mesmo sabendo que eles eram lidos e discutidos nos colégios e universidades e estavam esgotados.

Compelido a pactuar com o sistema, Adelino Alves passou a trabalhar como publicitário, tendo rapidamente assumido um alto cargo nas empresas do banqueiro Fernandes, milionário, corrupto e aliado do governo. Frustrado por tal degradação, «arrasta[va] a sua cruz, carregando-a até o fim, [...] mas resistindo. Como se fosse de ferro» (72). Ao aceitar o convite para participar numa reunião de escritores em Estocolmo, onde teria também possibilidade de tratar de novas edições da sua obra, foi retirado do avião e, sem qualquer explicação, levado por policiais civis, forçados em seguida a entregá-lo aos militares. Aprisionado em local desconhecido, Alves foi novamente torturado. Num fragmento do seu monólogo interior, ele reflete sobre o sofrimento gerado pelas agressões praticadas pelos agentes do governo autoritário instalado na Ibéria:

É noite alta, já. E ainda sinto a dor nos dois dedões dos pés. [...] Devo essa dor ao policial com pata de elefante que me pisou. [...] Ele calçou o meu dedo até que eu desse um grito. Vitorioso, feliz, ele sorriu e me empurrou porta afora. [...] Não há heróis nem covardes. Estamos é sendo arrastados para uma irremediável loucura. Penso isso ao me lembrar, com gratidão, de um antigo companheiro de cela, muitos anos atrás. Ele possuía uma quase divina força moral, e acho que foi graças a essa estranha força que eu também não sucumbi, não me enterrei de vez. [...] Todo preso é o que é: um preso. Nada mais. E o tempo se encarrega de corroer-lhe as entranhas. [...] o dia em que pus o pé fora da cadeia me senti como a mais inútil, a mais ineficaz das criaturas. (Torres, 1999: 109-110)

E conclui, pensando que desta vez possivelmente morrerá na prisão:

O que tanto pode levar anos e anos, como pode acontecer no próximo minuto. Aqui dentro, no fundo de um furgão escuro e trancado, antevejo o momento em que eles parem o carro e me mandem descer para a execução. Alguma coisa me diz que daqui a pouco poderei estar morto. (Torres, 1999: 109)

Quando finalmente Maria Helena, sua esposa, consegue visitá-lo, encontra-o semimorto, enfiado numa camisa-de-força e cercado por criaturas de fato loucas. Na sua última aparição na narrativa, o escritor está preso na «nave dos loucos» — metáfora espacial da Ibéria e da destruição do espírito de quem se lhe opõe.

Nesta cena, os internados circulam imitando o som de buzinas, e «Alves passa entre eles, como se tivesse um volante nas mãos. Passa correndo e fazendo curvas. Vez por outra anda de ré. Igual aos meninos da sua terra, logo depois que surgiu o primeiro caminhão» (278).

Narrados em numerosos fragmentos espalhados pelo romance, perseguições, interrogatórios, prisões, torturas e a loucura que atingiram este protagonista ficcionalizam a opressão a que estavam sujeitos os intelectuais contrários à ditadura salazarista que António Torres quis denunciar. Embora o escritor Adelino Alves vivesse cerceado e contasse entre seus trabalhos recentes um *slogan* publicitário de grande utilidade para o governo, ao propagandear o mais importante produto agrícola do país – «Quem bebe vinho dá o pão a um milhão de ibéricos» (105) –, continuava a incomodar, e a possibilidade do que poderia fazer no exterior amedrontava o opressor, que não hesita em destruí-lo.

Personagem secundária presente em apenas dois curtos episódios, o jovem médico Jorge Tunhas foi recrutado após a sua formatura na Faculdade de Medicina e enviado para a Terra Negra – designação atribuída pelo romancista às colônias africanas da Ibéria –, onde, segundo outra personagem, se ia para morrer em prol da glória nacional. Consciente do mau rumo do país, o médico sabia que a guerra o aguardava e que «os brancos lá só estavam quebrando a cara» (142). Terminada

a sua incorporação, e ainda mal refeito da hepatite que apanhara na região conflagrada, o angustiado Tunhas se encontra em Lisboa com Adelino Alves, a quem conta que lhe havia sido oferecido o alto posto de comandante de um destacamento na Terra Negra, mas que pretende exilar-se, pois está certo de que o vão «arrastar na marra» (98). Pede, por isso, ao escritor que o ajude a buscar quem o auxilie no estrangeiro. O que não chega a acontecer. Na véspera da sua partida forçada para a zona da guerra, Jorge Tunhas, em desespero, depara-se com o Estrangeiro, que, amparando-o, considera «horível vê-lo assim, agonizante, como se estivesse morrendo asfixiado» (143). Não conseguindo exilar-se, o médico-miliciano é mais um dos representantes das classes superiores subjugados pelo governo despótico e colonialista da Ibéria.

Situado na pirâmide social muito abaixo de Adelino Alves e de Jorge Tunhas, Manuel Soares de Jesus é igualmente vítima da ditadura de El-Rey e das desigualdades econômicas que ela agrava. Filho duma beata e dum padre, ele realiza trabalho marginal como desenhador de «cartazetes e bandeiras para a freguesia dos comes e bebes» (19) do banqueiro Fernandes, auferindo salário insuficiente para manter dignamente a mulher e os cinco filhos. A notícia de que passará a ser chefiado por Adelino Alves – que considera ser «a voz do patrão, que, por sua vez, era a voz do Governo» (17) – faz crescer a sua revolta, evidenciada na carta que imagina escrever ao Papa. Nela,

a par da denúncia dos graves problemas da Ibéria (carestia, baixos salários, perseguições sofridas por alguns membros da Igreja), Jesus aponta «o medo, o terror e a submissão estampados na cara de todos» (42).

Embora o desenhador planeje assassinar seu novo chefe e fugir em seguida para a França, onde um emigrante desaparecido nas mãos da polícia lhe contara que os da sua classe podiam usufruir de melhores condições de vida, o estado quase permanente de embriaguez em que vive e os delírios que o atiram para o passado ou para uma degradação animal, numa luta inglória com sapos, galos, porcos, vacas, cobras e ratos, impossibilitam a concretização dos seus propósitos. Na juventude, porém, ele conseguira agir contra agentes do governo, ao dar, juntamente com dois vizinhos, «a maior sova da história do bairro do Miragaia em três policiais» (21) que vigiavam os festejos de São João e costumavam maltratar os moradores daquele bairro pobre. Este gesto combativo, que culminou na prisão e espancamento de Manuel, teve como consequência duradoura o medo que passou a sentir sempre que se deparava com um agente da lei. Real ou imaginária, essa ameaça acontece não apenas no longo e fragmentário episódio em que a personagem é interrogada e torturada por um insólito ser que afirma conhecer as suas ideias e ações contrárias ao governo, mas também noutros em que é agredida por alguém que não consegue identificar ou em que vê

homens com sinais de amputação e receia vir a sofrer o mesmo:

Um homem puxou a mão do bolso [...] vi que ele não tinha munheca. [...] E então descobro que são muitos [...] Entre os homens que andavam com a mão no bolso, muitos não tinham orelha. Meu assombro é tão grande que levo imediatamente minha mão aos ouvidos, para ver se as orelhas estão no lugar. E quando tiro a mão do bolso [...] minha inquietação cresce ainda mais. (Torres, 1999: 280-281)

Tais amputações podem ser interpretadas como formas metafóricas de o autor assinalar as limitações e a desinformação dos habitantes da Ibéria, as quais os impedem de derubar o governo que os oprime.

Ainda que a atuação de Manuel Soares de Jesus no presente da narrativa se reduza a deambulações e gestos repetitivos, entremeados por breves diálogos e longos e caóticos monólogos interiores, ele é um dos protagonistas do romance. O traço essencial do seu comportamento — a inação — permite ao autor questionar a existência de homens que, não tendo sabido integrar a sua revolta num projeto coletivo, não conseguem ultrapassar a alienação, nem a condição de miséria que lhes coube ao nascer, bem como revelar a impotência da classe social a que pertence Jesus, no tempo e espaço em que vive. Desempenhando papel de enorme importância na intriga, esta personagem é, sem dúvida, a mais completa encarnação da metáfora inscrita no título do

romance. Manuel Soares de Jesus é incapaz de agir, porque o formato arredondado dos seus pés o obriga a girar para sempre num universo fechado e imutável que, lembrando o da literatura do absurdo, é, na ficção de Antônio Torres, o do Estado Novo salazarista.

Bem menos aprofundado e desenvolvido que o perfil dos oprimidos é o dos representantes da ditadura. No topo desta pirâmide está El-Rey, que, malgrado o seu imponente título, é uma figura decrépita, na qual se notam diversos traços da imagem e da personalidade popularizadas de António de Oliveira Salazar (1889-1970):

Um dia ainda El-Rey apareceria em público — embora só da cintura para cima —, não apenas para mostrar o timbre exato da sua voz, ou a cor esmaecida de seu rosto comprido e magro, um rosto de quem passou 84 anos enclausurado num mosteiro, sem nunca ter visto a luz do sol. [...] Tratava-se de um imperador antigo e antiquado, que não dava entrevistas nem festas, não tinha mulher nem filhos e nem amigos, e também não comparecia à inauguração de nenhuma obra pública. Para isso, contava com seus ministros e seus deputados, todos filiados a um único partido, o partido do rei. Eram eles qu[e] se incumbiam de enviar uma frota de ônibus às cidades do interior, para angariar a plateia necessária para cada manifestação pública. (Torres, 1999: 171-172)

Não participando diretamente na intriga, El-Rey atua através dos seus agentes, sobretudo policiais e militares. Com múltiplas e diversi-

ficadas características, tais personagens, sem nome próprio ou individualidade, são geralmente referidas de forma coletiva, como a «polícia», os «policiais», os «tiras». Algumas, contudo, são física e psicologicamente esboçadas com traços negativos e/ou caricatos. É o caso dos dois policiais civis que, sem apresentarem qualquer explicação, detêm Adelino Alves no aeroporto:

o que falou por último é um negro seco e comprido e ágil, como um gato esquelético e preto e rígido e ágil, e penso nas muitas alegrias que ele poderia ter dado à nação, se tivesse se dedicado ao salto em altura, ao basquete, ou mesmo ao futebol. Mas já é tarde demais para ele se meter nessas coisas. Suponho que esteja entre os trinta e os quarenta anos (é tão difícil adivinhar a idade de um negro), tem os dentes estragados, uma cara estragada e uma porção de tiques que não consegue controlar — o que lhe denuncia o estado permanente de tensão e ansiedade. Seus lábios tremem sem parar. [...] É o tipo de sujeito que parece escarnecer do mundo, enquanto treme de medo de tudo. [...] O outro homem é um branco, nem alto nem baixo, entroncado e suarento, corruptamente suarento. É muito mais lento do que o negro, talvez pelo excesso de cerveja que tem na barriga. Sua cara é embaciada, sem brilho, e eu imagino que isso é consequência de muitas noites sem dormir. Lembra mais um despachante medíocre e sem clientela ou um burocrata entediado pelos seus dias sempre iguais. Possui mãos gordas e sebosas, braços curtos e uma breve papada embaixo do olho. Creio já saber tudo a respeito deles. São muito mais nervosos, intolerantes e an-

gustiadados do que eu próprio jamais supus.
(Torres, 1999: 99-100)

Mais grotescos e receosos se mostram estes dois policiais civis ao verificarem que haviam penetrado, indevidamente, em zona militar. O diálogo que travam revela também a hierarquia que sustenta o poder autoritário instalado na Ibéria:

- Isso aqui é zona militar?
- É, sim – confirma o outro.
- Não tem problema. Nós somos federais.
- Mas somos civis.
- Foda-se. Somos federais ou não somos?
- Tá me cheirando a bode.
- Deixa de ser cagão.
- Cagão um caralho.
- Cala essa boca suja, veado, que o bicho está descendo. (Torres, 1999: 101)

E, de fato, quando os encontram, os soldados revistam e desarmam os dois policiais, dizendo que eles terão de explicar ao Estado Maior porque violaram o terreno da Armada e que nesses casos a ordem é fuzilar.

A prepotência que os policiais civis demonstram em relação a Adelino Alves é idêntica à da patrulha militar que os intercepta, o que, sinalizando a organização do poder autoritário vigente, se manifesta também no funcionamento interno das Forças Armadas. Numa «ilhota no calcanhar de Mao Tsé-Tung» – expressão que oculta o nome de Macau, última colônia portuguesa no continente asiático –,

um tenente se sentiu no direito de tomar a namorada chinesa do cabo Emílio, que, por ter reagido, foi condenado a cinco anos de reclusão, mandado de volta a casa e expulso do Exército.

Autoritários e poderosos face aos hierarquicamente inferiores e aos civis, policiais e militares demonstram, contudo, seu ínfimo poder e sua força inexistente quando se relacionam com a elite econômica da Ibéria ou com as potências estrangeiras. Na colônia que fazia fronteira com a China, as Forças Armadas «mandava[m] tanto quanto um prisioneiro pode influir no cardápio da cadeia» (30). Daí que um tiro por engano dum soldado tenha gerado uma carnificina na qual «o exército ibérico acabou servindo mais alguns de seus homens ao pasto dos urubus» (30). Fraqueza semelhante manifestam as Forças Armadas, ao livrarem Júnior da tropa por ser filho do banqueiro Fernandes, que financiava a guerra no Ultramar. Contribui igualmente para a imagem negativa da polícia o fato de ser possível pagar para se obter ilegalmente um passaporte, o que só não aconteceu com Jesus por «ele não ter um milhão disponível para molhar a mão dos tiras» (83). Essa interpretação é reforçada pelo fato de Júnior, por ser filho do banqueiro Fernandes, não ter sido punido quando bateu com o seu carro e por ter recebido tratamento de favor na delegacia da polícia para onde foi levado.

O conhecimento prévio de quem é forte ou fraco na Ibéria assenta numa prática sistemática dos agentes do governo e dos seus apoiantes: a espionagem de todos os habitantes da nação. Daí que os estudantes que frequentam o Rei dos Fritos tenham por hábito sentar-se, longe dos demais clientes, na salinha dos fundos e que Izilda, filha do dono do restaurante, tenha percebido que eles «ficam o tempo todo falando de coisas que ninguém entende, o que não impede, contudo, que alguns deles sumam e não voltem mais» (80). Essa ininterrupta vigilância permite igualmente aos agentes do governo impedir que Adelino Alves embarque para Estocolmo, que Jorge Tunhas fuja para o estrangeiro ou que um imigrante acabe de contar aos moradores de Miragaia que as condições de vida dos trabalhadores na França são bem melhores que as deles. Assim sendo, o banqueiro Fernandes, apoiante e conhecedor das formas de atuação do regime, não só aconselha o Estrangeiro, funcionário da sua agência de publicidade, a ter cuidado com a sua correspondência para o exterior, com as suas amizades, com o que diz ao telefone e até com tudo o que fala, mas ainda o avisa de que não deve levar para o trabalho certas publicações e livros.

Mantendo a população amedrontada, a prática da espionagem pelo regime autoritário da Ibéria afeta profundamente Manuel Soares de Jesus, que, vivendo «tão consciente da existência da polícia quanto de que não havia perdido os documentos pela via-sacra de botecos

e puteiros. Toda vez que ouvia uma sirene e avistava um carro preto [...], levava logo as mãos aos bolsos, cercado de apreensão, pânico e medo» (20). Noutra passagem, a mesma personagem desconfia que um passador de droga que o aborda seja «um policial disfarçado em vagabundo» (15).

Adelino Alves, por sua vez, teme que no apartamento de Jorge Tunhas, onde ambos conversam, existam microfones embutidos nas paredes. Não se sentindo mais seguro quando o oficial-médico lhe diz que não se chegou a tanto no país, o contradiz afirmando que ele passou muito tempo fora e que «O negócio mudou muito, mudou muito...» (97).

Num dos fragmentos iniciais do romance, Manuel Soares de Jesus se pergunta se a polícia era capaz de descobrir até mesmo os seus pensamentos e, num dos episódios mais desenvolvidos da narrativa, vê confirmado o seu receio. Nesta fantástica sequência, a personagem é interpelada por um estranhíssimo sapo, que, sendo em alguns aspectos semelhante aos demais, possuía cabelos «louros e lisos, e muito bem cuidados [...] e, ao contrário dos anfíbios da sua espécie, andava vestido» (51). O antropomórfico animal que lhe diz ser «o novo homem da intendência» e ter a seu cargo vários departamentos, entre os quais «o de relações com os empregados» (52), é a mais presente e delineada figuração dos agentes da repressão construída no relato. Além de cegar Jesus com um relâmpago e de não o socorrer

quando os seus braços começam a arder, o sapo o interroga afirmando conhecer quer as suas ações contrárias ao governo (e de que o leitor não tem conhecimento), quer as suas ideias contrárias à guerra na Terra Negra, ideias que, segundo ele, o desenhador teria exposto ao irmão quando do seu embarque para a guerra e que estavam gravadas numa fita que lhe apresenta. Ainda que Manuel Soares tente defender-se, alegando que a voz não é sua, o batráquio inquiridor ameaça enviá-lo também para a guerra, malgrado os seus trinta e oito anos e a sua obrigação de sustentar a mulher e os filhos, pois entende que a missão ibérica é «civilizar a Terra Negra» (16). No final do romance, o mesmo animal antropomorfizado reaparece em sonho a Jesus, mostrando-lhe o gravador em que estavam registradas, além das suas palavras, os seus pensamentos:

O sapo já tinha tirado o gravador do bolso e se preparava para me mostrar a fita na qual havia registrado todas as minhas palavras pronunciadas durante o dia. Desta vez fui mais longe, meu velho. Registrei também os seus pensamentos. Quanto aos seus gestos e movimentos, estão muito bem guardados, numa outra fita. «Tire esse sapo daí», gritei de novo, e minha mulher, finalmente, rolou para o outro lado da cama, me deixando dormir mais um pouco, sem aquele peso todo sobre o meu corpo. (Torres, 1999: 286)

Este fantástico episódio, que encerra a participação de Manuel Soares de Jesus na narrativa, revela o seu desespero face a um opressor

extraordinariamente poderoso que ele, o oprimido, não consegue vencer, tendo de implorar que o afastem para longe de si.

Oculto ou abertamente vigilante, a polícia se vale da censura para beneficiar o regime e amedrontar a população. É o que ocorre quando Manuel Soares, perturbando com seus gritos os demais espectadores duma sessão de cinema, propicia a invasão da sala por policiais, que a vasculham «na esperança de encontrar alguma bomba» (13), e os jornais, cooptados pelo regime, se referem ao acontecido como «um acidente do qual resultaram muitos feridos». Sempre pronta a alterar a divulgação dos acontecimentos, a censura fez com que se criasse «na cabeça de todo mundo uma vaga e inútil ameaça» (13). A ação governamental faz-se ainda mais incisiva ao proibir a circulação na Ibéria dum número do *Times* no qual foi publicado um artigo, com fotografias, sobre um escândalo envolvendo ministros do governo e o banqueiro Fernandes, cujo filho, no entanto, revela o acontecido:

Não deixaram o jornal inglês entrar no país, ainda assim eu vi as fotos e li o texto. [...] Mocinhas em flor, nuas e de olhos vendados, largadas num bosque. Os velhotes chegavam logo depois e cada um escolhia a sua. A coisa era muito bem organizada. Eles faziam essas reuniões uma vez por semana e exigiam plantel novo sempre. Podiam exigir isso. Pagavam bem. (Torres, 1999: 234)

Daí que o velho Rodriguez diga ao Estrangeiro que a imprensa só conta mentiras e afirme irônica e reticentemente que, «Agora, não acontece nada. Anda tudo tão certinho...» (160). À mesma conclusão chega o seu interlocutor, ao pensar que vive num aparente clima de festa:

Pela manhã faço a barba ao som de «A Ibéria é a maior». Trabalho com o «Arriba Ibéria» na FM. Almoço ouvindo «Ibéria: tudo ou nada». Adormeço com um acalanto: «É doce viver na Ibéria». [...] E durmo crente de que participei de uma tremenda farra. (Torres, 1999: 160)

A prática da censura é testemunhada diretamente pelo Estrangeiro, ao tentar, em vão, que uma bem relacionada mulher de nome Ibéria – figura antropomorfa do próprio país – lhe explique o que aconteceu de fato numa tarde em que ouviu estrondos e gritaria, viu gente a correr em busca de esconderijo e o comércio fechando as portas por receio de saques e depredações. Noutro episódio, o mesmo protagonista não obteve de um jornalista com «reputação restrita, mas sólida, junto aos meios oficiais» (169) informação esclarecedora sobre os objetivos governamentais da presença na Ibéria do Imperador da Terra Crioula – expressão criada pelo romancista para ocultar o nome do Brasil e do general que liderava na altura a ditadura ali instalada. Dizendo-lhe que ele «está querendo saber demais» (168), o periodista não o desmente, quando o Estrangeiro arrisca a ideia de que a Ibéria visava levar a Terra Crioula a lutar a seu

lado na Terra Negra, expressão que designa as colônias africanas de Portugal.

Estratagemas mais violentos são empregues pelo governo autoritário da Ibéria para se manter no poder. Dentre eles, destacam-se o «desaparecimento», a prisão, a tortura dos que se opõem ao regime, quer através de ações ou de palavras, quer simplesmente em pensamento. Como já foi referido, a polícia «levou» o emigrante que discursava em Miragaia, e «nunca mais se ouviu falar nele» (28). Um dos agentes tentou justificar a agressão ao emigrante dizendo que se tratava dum «lunático [...] inventando fantasias para iludir» (28) os que estavam a ouvi-lo. Também «sumiram» com Marianne Akerberg, a funcionária da SAS que presenciou o sequestro de Adelino Alves no aeroporto e telefonou aos banqueiros Fernandes narrando o acontecido. Mais precisamente, «A companhia foi obrigada a mandá-la de volta pra Suécia, às pressas. Por causa de umas ameaças telefônicas. Um cara ameaçou até pôr uma bomba num avião» (105).

A detenção de Adelino Alves foi inicialmente ocultada, e nem mesmo «todo o empenho dos banqueiros e seus prepostos» (75-76) possibilitou a sua localização. A esposa do escritor não podia escrever-lhe, porque diziam que ele estava incomunicável em algum lugar, mas ninguém sabia onde realmente ele se encontrava. Seu advogado não consegue vê-lo na «única repartição onde ele devia estar» (266), pois o funcionário que o atende diz-lhe que

o seu cliente não se encontra ali e que não adianta procurá-lo mais. O advogado é ainda ameaçado por um homem «truculento e descontrolado» que, à espera das ordens do chefe, afirma: «O senhor sabe que eu não brinco em serviço. Atiro mesmo. Pra matar» (267). Após a retirada do jurista, confirma-se que Alves ali se encontra, pois o subalterno pergunta ao seu chefe se deve dar um jeito no prisioneiro.

Nesta e noutras repartições, Adelino Alves foi sempre brutalmente agredido pelos agentes da autoridade. Como já foi aludido, os dois elementos da polícia civil que o detiveram começaram a massacrá-lo à saída do aeroporto, fazendo-o sentir-se acuado, pois o levaram para um ermo onde podiam agir impunemente e, até mesmo, matá-lo. Passado para as mãos dos militares, o escritor é propositadamente pisoteado por um deles, que, com pata de elefante, calcinha os dedos até que ele grite de dor. Chegado à prisão, e deduzindo que iria passar por rituais de tortura semelhantes aos que já vivenciara, Alves relembra um tenente que, no passado, o acordava tarde da noite para interrogá-lo:

Ele lançava umas perguntas sem pé nem cabeça, enquanto brincava com o tambor de um revólver. Então, sem mais nem menos, metia o cano do revólver no meu ouvido e encostava o dedo no gatilho. A primeira vez que ele fez isso levei um susto desgraçado. Pus as mãos na cabeça, num gesto de desespero [...] Nas outras vezes em que ele me chamou (um número sem conta), repetiu a mesma estúpida brincadeira e eu continuei agindo da

mesma maneira e ele continuou gargalhando da mesma maneira. O meu medo significava a sua vitória. (Torres, 1999: 119)

Quando finalmente Lena o encontra, Adelino Alves já havia sido levado para um hospício, pois enlouquecera devido às torturas a que fora submetido.

Igualmente vítima da violência policial, Manuel Soares de Jesus foi preso e espancado na juventude por ser confrontado com três guardas, trazendo desde então na cabeça a marca dos opressores: «um galo na testa e um talho cicatrizado na maçã esquerda do rosto» (10). Prática sistemática do governo autoritário da Ibéria, a violência atinge também inocentes crianças, que, por viverem na miséria, pedem esmola aos turistas, que são a maior fonte de renda do país:

Garotos descalços e sem camisa nos cercam. Camôni, míster. Ei míster, uâni dólar. [...] Confusão, desespero. Um guarda se aproxima e começa a afastar os garotos. A princípio, calmamente. Depois, com violência. Chegam outros guardas. Um deles tira o cinturão, e vai batendo, a torto e a direito, nas costas dos meninos. (Torres, 1999: 130)

Dois fragmentos do livro III, em que mais presente se faz a mistura de realismo e fantástico, revelam a prática da tortura no universo representado, que nesses episódios, como já referido, é designado por «nave dos loucos». No primeiro, Lena e dois rapazes são sadica-

mente torturados por «não-terrâqueos» que acabam por não os matar:

estamos pendurados numa árvore, de cabeça para baixo. O rapaz ao meu lado pragueja e xinga muito. O outro resmunga apenas. E eu estou quietinha, que não sou boba, vendo a hora de meu coração sair pela boca fora. [...] Agora estão atirando no estudante. As balas passam rente a mim. Uma loucura. [...] Dois tiros arrebentaram a corda que prendia os pés dele na árvore e o estudante bateu com o peito no chão. (Torres, 1999: 262)

O segundo fragmento é constituído por um diálogo caricato, porém aterrador, em que indivíduos não identificados – que tudo indica estarem a serviço do Estado – almejam obter o prêmio oferecido àquele que descobrir um novo (e certamente melhor) método para torturar alguém:

- O corredor polonês.
- Essa é velha.
- Encher a piscina de sapos.
- Razoável.
- Outra.
- Pendurar ele de cabeça para baixo, durante um dia.
- Esse está por fora. Isso tudo já é manjado.
- Qual é mesmo o prêmio?
- É segredo. Mas é um prêmio e tanto.
- [...]
- Achei. Essa é genial: água no nariz.
- Humm. Tem barbas. Velha demais.
- Que diabo. Vocês capam tudo.
- Acho melhor a gente deixar pra amanhã. O pessoal tá caindo de sono.

– É, hoje não sai nada. Deu um branco em todo mundo.

– Pensem em casa e tragam as suas ideias.
(Torres, 1999: 269)

Neste mesmo livro – formado por um só capítulo significativamente intitulado «Ida sem volta à agonia» –, Antônio Torres sugere o fechamento do universo ditatorial em que se desenrola a história, ou melhor, o total cerceamento da liberdade na Ibéria e a loucura daqueles que ousam tentar escapar, mas não encontram uma saída, assinalando ao mesmo tempo a feição absurda do que narra. Como é o caso, por exemplo, da insólita e repetitiva agressão de Manuel Soares de Jesus por um desconhecido, por ele mesmo contada:

Eu ia de casa para o trabalho e já estava no ponto do ônibus. Vi um sujeito atrás de mim, mas pensei tratar-se de um passageiro qualquer, também à espera do mesmo ônibus. Assim que o ônibus chegou e eu pus o pé na porta, senti uma mão me agarrando. Tentei me livrar da mão que me puxava, sem êxito. Acabei caindo, o ônibus arrancou, e o curioso é que não vi quem foi que me puxou. (Torres, 1999: 285)

Como se procurou mostrar, as personagens e os acontecimentos construídos em *Os homens dos pés redondos*, por meio de um discurso caótico e frequentemente onírico, recriam por meio de numerosos disfarces a sociedade portuguesa do período final do governo de António de Oliveira Salazar. Caracterizando-o

como despótico, discricionário e corrupto, Antônio Torres apresenta um retrato fortemente sombrio e depreciativo do Portugal salazarista.

Primeiro e até agora único romance brasileiro a retratar a ditadura salazarista, *Os homens dos pés redondos* pode ser lido também como representação sutilmente ocultada do governo ditatorial imposto ao Brasil pelos militares que, em 1964, derrubaram o presidente em exercício e revogaram a Constituição democrática do país. Tal interpretação é legitimada por diversos componentes do universo narrado (perseguição e tentativa de aniquilamento dos opositores, prisões arbitrárias, ocultação de prisioneiros, emprego da violência e da tortura, controle dos meios de comunicação de massa, censura, espionagem dos cidadãos, favorecimento das elites, etc.), em particular pela expressão linguística e estilística das personagens e do narrador-autor implícito, que empregam sistematicamente formas da variante brasileira da língua portuguesa, em detrimento da variante portuguesa, que seria obrigatória num romance rigorosamente realista.

Se bem que a velha Ibéria se refira, em dado momento, ao linguajar diferente do seu empregue pelo Estrangeiro – «Gozado, ele é estrangeiro, mas ainda assim eu entendo o que ele fala» (124) – o que, na verdade, ocorre em todo o romance é a ausência de fronteiras linguísticas entre Portugal e Brasil, evidenciada tanto no discurso do narrador externo,

como nos diálogos e no monólogo interior das personagens portuguesas. Não causa estranheza que o narrador – figuração textual do escritor baiano – se valha de termos e construções típicos do Brasil, nas raras passagens em que assume claramente o discurso:

Em geral, o movimento começava no fim da tarde, quando os bêbados iam chegando, se penduravam no pequeno balcão e ficavam horas a fio com os olhos pregados naquelas pipas gordas a uns poucos palmos do nariz, como se estivessem na obrigação de secar uma a uma em cada noite. (Torres, 1999: 25)

Na rua, o Estrangeiro procurou o homem do caminhão mas ele havia desaparecido. [...] Foi seguindo pela mesma calçada em que veio, fazendo um esforço muito grande para mudar as passadas. (Torres, 1999: 148)

Na volta passaram por uma favela. Casebres miseráveis, meninos esmolambados brincando no meio da rua, mulheres com latas d'água na cabeça. (Torres, 1999: 155)

Em contrapartida, são surpreendentes os inúmeros diálogos e monólogos de personagens portuguesas em linguajar abrasileirado, como o de Jesus com um contínuo do banco em que ambos trabalham, a respeito de Júnior:

- O patrão mais novo. É um cara legal.
- Deixa de ser besta.
- Tou falando sério. O filho do patrão é um bacana. Não sai de uma gafeira.
- Por isto você precisa lambar o rabo dele?
- Você está é com inveja.
- Vê se me respeita. (Torres, 1999: 20)

De exemplo servem também as reflexões de Zé das Minhocas sobre o mau comportamento do neto do banqueiro Fernandes:

Sacaninha. Coisa que preste é que não vai dar. [...] Tudo o que ele quer, o avô dá. [...] E as outras crianças que se virem. Que passem o tempo todo puxando o saco desse garoto levado da breca. [...] Quem quiser ser notado que lamba as fraldas do netinho. Menino danado pra lá, menino sabido pra cá. Um cheiro, uma lindeza, um amor. E lá vai ele quebrando tudo. (Torres, 1999: 195)

Espalhados por todo o romance, vocábulos, noções ou realidades próprias da sociedade brasileira transitam para o universo da Ibéria e se misturam com raros termos e objetos específicos deste território. Exemplos das numerosíssimas intromissões lexicais brasileiras no espaço ibérico são *bonde, frota de ônibus, estepe, pau-de-arara, roça, pernilongos, pileque, pagode, mutirão, papo*, etc. Infundáveis são também os verbos e os adjetivos não utilizados no português europeu ou aí empregues com sentido diferente do que têm na linguagem coloquial brasileira, entre os quais estão *aterrizar, bronear, esculhambar, luxar, xeretar, bacana, legal, puta* [«frescura»].

Personagens e narrador externo valem-se, outrossim, de numerosas formas de expressão e de construções sintáticas tipicamente brasileiras, tais como *cadê, vambora, dar no pé, estar duro, tomar ferro, bater perna, descascar o abacaxi, molhar a mão, metida a sebo, limpar a*

barra, deixar de onda. Manifestações típicas da linguagem coloquial do Brasil são também o emprego do verbo *ter* em lugar do *haver* e o da preposição *em* com verbos de movimento; a próclise dos pronomes átonos, em particular no início de frases ou de orações, contrariando a norma portuguesa; e a mistura do *tu* e do *você*. Predominantemente brasileiras são igualmente as formas de tratamento e designações encontradas no romance, tais como *sinhô, nego, meu chapa, cara, mana*.

Fragmento discursivo dos mais interessantes é o diálogo de duas «empregadas da capital» que D. Santa, trabalhadora na propriedade rural do banqueiro Fernandes, ouve «sem meter a sua colher»:

- Não gosto de cuidar de filho de grã-fino. Esse garoto me enche o saco. [...] Tô mesmo é a fim de me arrancar
- [...]
- Eles falam que você é muito respondona. Tu é fogo, mulher.
- Respondona, respondona. Um caralho.
- [...]
- Quando eles tocam esse sininho me chamando, tenho vontade de perguntar: «Tem padre aqui?» [...] Esse negócio de sininho é uma puta frescura. (Torres, 1999: 225-227)

No caráter popular e contemporâneo do linguajar brasileiro das criadas se sustenta o realismo, propositalmente obliterado no romance, da construção das personagens portuguesas.

Outro traço característico do estilo do autor, evidenciado no fragmento transcrito, é o emprego abundante em toda a narrativa de palavras e da gíria. Numa passagem de cariz metalinguístico, o narrador se serve da discussão travada entre o banqueiro Fernandes e publicitários da sua empresa sobre o *marketing* adequado para a venda duma esponja de aço com sabão, com o propósito de valorizar a utilização da gíria. O banqueiro, que de início a rejeita, acaba por decidir que «Bacana fica bem para um colóquio de empregadas» (225).

Ao concluir, gostaria de frisar que as aparentes incongruências do estilo de *Os homens dos pés redondos* encontram justificação quando se pensa que elas constituem o procedimento estético de que se serviu Antônio Torres para abordar o tema-tabu da ditadura brasileira nos anos 70, quando a censura praticada pelo regime autoritário vigente procurava silenciar, com meios muitas vezes violentos, os que

se lhe opunham. Assim sendo, reitero que o romance tem um interesse incontestável por construir um retrato da ditadura salazarista que ainda se mantinha em Portugal no início da década de 70 do século xx, em cujo avesso está escondido o da ditadura brasileira dos anos 60/80 do mesmo século, retrato(s) esse(s) tirado(s) com a câmara dum escritor baiano que conheceu de perto o regime autoritário instalado nos dois países. Além disso, cumpre realçar que a estética revolucionária do romance – em que sobressaem a fragmentação, o fantasmagórico, o absurdo, a crueza da linguagem – é uma das mais bem-conseguidas da ficção brasileira da pós-modernidade.

Bibliografia

- Ricciardi, G. (1988). *Escrever. Origem, manutenção, ideologia*. Libreria Universitaria. Bari;
- Torres, A. (1973). *Os homens dos pés redondos*. Francisco Alves. Rio de Janeiro;
- Torres, A. (1999). *Os homens dos pés redondos* (3.^a ed.). Record/Francisco Alves. Rio de Janeiro.